

Os tempos da precariedade e a política social atual. Contornos de uma “biopolítica” contemporânea face a um tempo social fractal

CRISTINA ALBUQUERQUE¹

INTRODUÇÃO

O tempo e a temporalidade² são dois conceitos pertinentes para a compreensão e discussão crítica das orientações das políticas sociais contemporâneas.

Com efeito, emergem hoje novas formas de estar no tempo e com o tempo. A incerteza, o presentismo, a descontinuidade na estruturação dos tempos, individuais e coletivos, obrigam à formulação de novos esquemas analíticos capazes de dar conta das ruturas e das incongruências entre vivências, normatividades e expectativas sociopolíticas. As fraturas no expectável e na regulação das temporalidades sociais e biográficas face à incerteza atual, associada sobretudo à dissolução dos pressupostos da sociedade salarial fordista, retira de facto aos sujeitos referências importantes para a compreensão dos contextos (sociais, políticos e económicos) e de si mesmos, contribuindo para a reordenação das perceções do tempo e do espaço, potencialmente produtoras de maior sofrimento social (Châtel, 2008).

A referência à subjetividade, como eixo estruturante das políticas e práticas atuais, consagra a valorização do sujeito no processo de condução e construção de si mesmo, num percurso pessoal e social marcado pela autenticidade. Dito de outro modo, subjaz ao conjunto de práticas e de orientações normativas centradas no trabalho de autoprodução e de autoapropriação, de cada sujeito e das suas vivências e trajetórias pessoais, sociais e profissionais; reflexão que apela à revisitação da noção de “biopolítica” de Foucault (1976).

Neste contexto, ganham relevância novos universos semânticos (*empowerment*, competência, contratualização), profissionais (acompanhamento, ativação, motivação, avaliação) e morais (confiança, reconhecimento, responsabilidade), plenamente enraizados em vias renovadas de experimentação social e política, nas quais a incitação à autonomia tende a ocupar o espaço da retórica da proteção. Destarte, fundamenta-se uma “tecnologia política dos indivíduos”, destinada a assegurar primordialmente a permanência das presenças no tecido social e económico.

¹ Universidade de Coimbra. E-mail: albuquerque.cristina05@gmail.com

² A noção de temporalidade consubstancia a maneira como indivíduos e grupos sociais habitam o tempo e nele agem e intervêm como atores. De modo mais operativo e heurístico permite dar conta da mobilização pelos atores “em presença” de um “tempo em situação” (Vrancken, 2008: 118).

As atuais políticas sociais de inserção e acompanhamento social baseiam-se, assim, na construção da congruência, ou da "ressintonização", dos (novos) tempos individuais e coletivos, e na superação dos respetivos hiatos, o que as transforma numa espécie de instâncias de formatação de ciclos de vida. Sob este pressuposto de fragmentação dos tempos sociais e de uma dessincronização dos ciclos de vida procuraremos discutir, na presente comunicação, as conexões e paradoxos entre o(s) tempo(s) da ação social biográfica, que tende a constituir-se como um eixo estruturante das políticas sociais contemporâneas, e as temporalidades do social, sujeitas hoje a referências de incerteza e de precariedade. Assim, sob a hipótese da desmultiplicação atual das temporalidades, pela descoordenação dos tempos e as trajetórias incertas, pretende-se posicionar a reflexão sobre os tempos das políticas sociais: entre o tempo vivido pelo indivíduo, na base das narrativas biográficas, e a necessidade de as enquadrar num tempo objetivado de temporalidades difusas e incertas.

ENTRE OS TEMPOS DA POLÍTICA E AS TEMPORALIDADES BIOGRÁFICAS: CONEXÕES E DESCONEXÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

A ação política caracteriza-se pela coexistência, muitas vezes tensional, de diferentes temporalidades. Os ciclos eleitorais, bem como a *doxa* pública e as pressões económicas e mediáticas, ou ainda, as agendas e temporalidades globais determinadas por contextos sociopolíticos mais poderosos, como sublinha Hope (2009), tendem a determinar as opções políticas em função de lógicas conjunturais, em contraponto com a necessidade de efetivar políticas estruturais, basilares para a resolução de problemas complexos e transversais e para a maturação dos próprios regimes democráticos (Hope, 2009). Diversos estudos têm de facto acentuado a necessidade de incluir o futuro na ação política presente (Urry, 2002), numa ótica prudencial e numa perspetiva de construção substancial de desenvolvimento pessoal, social e económico. No entanto, o tempo cíclico da política conduz inúmeras vezes à suspensão deste pressuposto.

Deste modo, o tempo curto é maioritariamente privilegiado, contribuindo para a fragilização do contrato social subjacente à estruturação das sociedades ocidentais contemporâneas. A tomada de decisões políticas baseadas na urgência condiciona a necessária ponderação sobre os impactes futuros das decisões e o respetivo nível de irreversibilidade. Por isso, diversos autores têm questionado a pertinência do sistema democrático, tal como se encontra atualmente estruturado, como o mais adequado para a gestão do futuro das sociedades, em virtude do seu condicionamento por temporalidades curtas (Chesnaux, 1996; Hope, 2009; Rose & Scheurman, 2009; Araújo, 2012).

Evidencia-se, assim, a possibilidade de concentração política na ação quotidiana e na emergência e a dificuldade de considerar o futuro como tempo inscrito no presente, logo, merecedor de atenção no hoje. Por outro lado, a determinação de políticas integradas e estruturais pressupõe necessariamente a superação da sua atual compartimentação em áreas de atuação, geralmente pensadas de forma

isolada e especializada, e avaliadas de forma estática (logo, produzindo “fotografias”, em vez de “filmes” com argumentos holísticos, adaptáveis e participados pelos públicos-alvo), bem como a compreensão das diferenças entre tempos distintos (político, económico e social) e as dimensões vivenciais que eles traduzem. O tempo económico centra-se em lógicas de rapidez de produção, lucros a curto/ médio prazo, formação contínua, etc.; o tempo social é o tempo da família, da conjugação família-trabalho, do lazer. A não consideração destas diferenças, particularmente cruzadas e complexificadas nas sociedades atuais, conduz a uma difícil conciliação de expectativas e a formas de vida profundamente desagregadoras.

Estas duas dimensões - tempo curto e (in)diferenciação dos sentidos dos tempos coletivos e individuais -, basilares para a compreensão dos tempos da política, encontram-se hoje ainda mais extremadas, produzindo impactes disseminados e profundos nas vivências de sujeitos e grupos sociais distintos. Afirma-se assim cada vez mais uma conceção política de individualização do uso, da gestão e do sentido do tempo. Isto, sobretudo em contextos sujeitos a uma crise económico-financeira e social, como a atual, que permite acentuar, por um lado, a focalização conjuntural das políticas na superação ou minimização dessa crise e, por outro, a fragilização dos sistemas de proteção social. Neste contexto, as políticas públicas, e em particular as políticas sociais, parecem doravante ancoradas essencialmente em dois pressupostos: uma orientação presentista e o apelo a uma implicação individual no uso dos tempos e na reconstrução dos ciclos de vida.

CONEXÕES SINCRÓNICAS ENTRE TEMPOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS NAS SOCIEDADES FORDISTAS SOB MEDIAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA

Os contributos da Sociologia, que poderíamos chamar do ciclo de vida (Riley, Foner & Waring, 1989; Guillemard, 2003), têm permitido fundamentar a ideia de que o surgimento da sociedade industrial, e do trabalho assalariado dela decorrente, contribuiu para a estruturação do ciclo de vida em três tempos, cronológica e qualitativamente delimitados: o tempo da educação, o tempo do trabalho e o tempo da reforma. A definição objetiva e institucionalizada destes três tempos, significativos, distintos e sequenciais (logo, com grande potencial de previsibilidade), permitiu a construção política de um conjunto de direitos, obrigações e recursos, agregados a um percurso de idades e de papéis com uma dimensão simultaneamente individual e coletiva. Sob a égide do Estado-Providência instituiu-se, assim, uma espécie de “polícia das idades”, como afirma Annick Percheron (1991), essencial para a prossecução das finalidades da intervenção política no domínio social.

Com efeito, a ação pública passou a estruturar-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em função de temporalidades hierarquizadas e bem delimitadas: numa primeira “idade”, a garantia de igualdade na frequência da escola e as políticas de apoio à infância, à família e à educação; numa segunda “idade”, a proteção social agregada ao trabalho e ao contrato social e, numa terceira fase, a proteção da velhice e o direito à reforma e ao repouso, sob um pressuposto contratual de confiança agregando o Estado e os cidadãos (Guillemard, 2008).

Em acréscimo, nas sociedades modernas ocidentais, o tempo encontra-se estruturado entre tempo de trabalho, sujeito a esquemas reguladores, e tempo livre, como o remanescente daquele. Este tempo liberto, circunscrito tradicionalmente ao espaço privado e familiar, contribui para a formação de uma identidade individual e social, em função de um quadro laboral que funciona como guia de construção vivencial.

Destarte, o trabalho assalariado constitui-se, neste modelo, como o núcleo central de estruturação dos tempos e dos ciclos vivenciais dos sujeitos em sociedade com implicações evidentes na organização da vida privada. Do mesmo modo, a arquitetura da ação pública adquire sentido e legitimidade, normativa e institucional, a montante e a jusante dos ciclos de trabalho e de não trabalho. Como afirmam Mayer e Schoepflin (1989: 198),

In the welfare state the continuous flow of life is transformed into a series of situations all of which have a clear formal definition: periodization of life and proliferation of sharp transitions which derive from the social insurance system combine into a lifelong biographical pattern.

Com efeito, o modelo de Estado de Bem-Estar do pós Guerra, através de regras formais, direitos e obrigações, associadas a um tempo cronológico (e biológico), contribuiu para a standardização dos acontecimentos de uma vida "normal" (o momento e a natureza das transições de uma fase para outra; o conteúdo social e expectável de cada etapa de vida; as referências e normas que delimitam cada limiar etário, etc.) e, conseqüentemente, para a temporalização das biografias. Constituiu-se assim um modelo de sincronismo do ciclo de vida, ancorado numa definição clara e relativamente estática de limiares etários e de papéis, direitos e obrigações a eles associados, que contribuiu para instituir uma certa consensualidade, uma espécie de "meta-narrativa" (Shanahan & Longest, 2009) sobre os elementos inerentes a um ciclo de vida "normal" (Guerreiro, Torres & Capucha, 2007; Schoon & Silbereisen, 2009): o início da escolaridade, a conclusão dos estudos, a obtenção de emprego e independência económica, a formação da própria família e a saída de casa dos pais, a concretização de um projeto profissional estável e a reforma na fase final do ciclo.

A noção de ciclo de vida objetiva, pois, a temporalização das biografias ao identificar as etapas de um percurso individual e ao regular o respetivo horizonte temporal, sob o enquadramento de temporalidades colectivas. Estas mais não são do que grandes categorias que servem para coordenar, articular e escalonar as atividades com maior importância para a vida social (Sue, 1995) e para a preservação da respetiva coesão.

A definição standardizada do ciclo de vida, decorrente de uma tal perspectiva política de gestão etária, que posiciona o Estado como mestre do tempo cronológico, o "guardião dos relógios" nas palavras de Delmas (1991), coloca dois tipos de questões. Se por um lado gera condições para um discurso normalizante, permitindo identificar e classificar (com diversas *nuances* de moralização) todos os percursos de vida não enquadrados no padronizado, por outro lado, gera a possibilidade de

estruturar um plano de ação no tempo longo, numa perspetiva de futuro que permita fundamentar uma nova perceção do presente e dos constrangimentos ou possibilidades do passado (Kohli, 1987; Guillemard, 2003, 2008).

A MULTIPLICIDADE DOS TEMPOS E A “DESESTANDARDIZAÇÃO” DOS CICLOS DE VIDA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

O modelo de estruturação do tempo associado à sociedade salarial fordista - linear, segmentado e mensurável - tem vindo, no entanto, a desagregar-se na atualidade e com ele a noção sincrónica de ciclo de vida. Com efeito, a relativa ordenação sequencial das etapas e opções de vida, que tendia a caracterizar o chamado “ciclo virtuoso de socialização e integração” (da maioria) das famílias ocidentais modernas (estudo, trabalho, estabilidade, autonomia), sobretudo até às duas últimas décadas do século XX, é hoje completamente anacrónica (May, 1990; Castel, 1995). O tempo de trabalho deixa de ser o marcador das demais temporalidades sociais e o ciclo de vida perde o seu cariz contínuo, com etapas previsíveis, e como tal relativamente controladas aprioristicamente, para se tornar cada vez mais flexível, aleatório e fragmentado. Neste contexto, o próprio conceito de carreira perde relevância. A vida ativa passa a estar estruturada não em dois momentos distintos - trabalho e reforma - mas em períodos aleatórios e entrecruzados de atividade e de inatividade ao longo da trajetória de vida.

Do mesmo modo, a ação pública no domínio da proteção social, tradicionalmente agregada aos pressupostos da sociedade salarial fordista, perde as bases fundamentais de legitimação axiológica e operacional. As políticas de pendor universalista, tendem a dar lugar a políticas focalizadas e a medidas, ora de cariz paliativo, ora de ativação. A gestão do presente sobrepõe-se pois à referência e à antecipação do futuro. Programas sociais intermediários, muitos dos quais *ad hoc*, preocupam-se sobretudo em gerir a precariedade mais do que em criar condições para a sua superação; o tempo de aprendizagem transmuta-se em educação ao longo da vida e novos dispositivos (estágios profissionais; formação e requalificação profissional; incentivos ao autoemprego, etc.) são postos em marcha com o objetivo implícito de manter as presenças no tecido social, de neutralizar os riscos de “morte social”, pela minimização dos hiatos, cada vez mais frequentes, prolongados e heterogêneos, entre temporalidades individuais e tempos sociais.

A fragmentação do trabalho como mecanismo fundamental de estruturação social e experiencial determina assim, em paralelo, a dissolução da organização ternária do tempo social, em prol de um novo cruzamento de tempos. Uma “policronia” que é acompanhada consequentemente por uma “dessincronização” da narrativa biográfica, como sublinha Bessin (1994).

Com efeito, neste quadro, decorrente da precariedade laboral e da flexibilização do trabalho, as trajetórias biográficas tornam-se “auto-reflexivas” (Beck, 2001), “o incremento de uma aspiração a uma soberania individual sobre o tempo, que conduz a trajetórias biográficas cada vez mais negociadas logo mais diversificadas” (Guillemard, 2008: 84).

A aleatoriedade e a contingência dos percursos de vida na atualidade, decorrente sobretudo de sequências desestruturadas entre emprego e desemprego ao longo do percurso profissional, e de novas formas de organização do trabalho, nomeadamente, o trabalho flexível, o trabalho intermitente e o uso de novas tecnologias da informação e comunicação (que permitem, por exemplo, trabalhar a partir de casa), condicionam as formas de estruturação das temporalidades individuais e produzem uma espécie de "arritmia social", para usarmos uma expressão de Castells (1998). Temporalidades heterogêneas marcadas por precariedades e retrocessos onde o antes e o depois já não se inscrevem numa sequência linear. Com efeito, verifica-se um movimento pendular incessante entre períodos de formação, de trabalho e de inatividade, redistribuídos de forma imprevisível e diferenciada ao longo do ciclo de vida de cada sujeito e afetando todos os grupos socioprofissionais.

Um facto que acaba por constituir-se como o fundamento de uma dupla crise (Heinz, 2001; Guillemard, 2008): de normatividade e de futuro. Uma crise de normatividade na medida em que os sistemas de regulação se dissociam da realidade, continuando a apoiar-se em categorias uniformes e universais, como a idade, num momento de des-estandardização dos itinerários de vida. Uma crise de futuro associada ao confronto dos indivíduos com incertezas de trajetória, com a incapacidade de suplantar a pressão do tempo presente e como tal de definir adequadamente as configurações de um tempo futuro.

A atual assincronicidade do ciclo de vida e a emergência de novos perfis de riscos sociais constituem-se, deste modo, como desafios de relevo para as políticas sociais. A paradoxal desadequação normativa, que atualmente se verifica, entre a realidade sociolaboral, com causas estruturais profundas, e as medidas de proteção social, cada vez mais individualizadas e paliativas, decorre, em grande medida, da rigidez da máquina providencial, que tem revelado inúmeras dificuldades na compreensão e adaptação aos novos dados sociais e a uma nova conceção de risco. Exigir-se-iam hoje novos instrumentos de securização, ou de "re-institucionalização" do ciclo de vida, como afirma Leisering (2003), associados a percursos vivenciais mais flexíveis, à desadequação rápida de conhecimentos e competências e ao preenchimento de longos períodos de inatividade, que doravante percorrem todas as idades e não somente os que abandonam a vida ativa pela reforma.

Trata-se pois de assegurar "uma gestão ótima da incerteza" (Ewald, 1992), de inventar uma nova segurança associada ao indivíduo em "mobilidade" (manutenção da sua empregabilidade) e já não somente ao emprego. Como tal, é a própria "arquitetura" da proteção social que começa a estar em causa. Os novos meios a desencadear, na perspetiva de Esping-Andersen (2002), passam necessariamente pelo desenvolvimento do capital humano e pela garantia de educação e formação ao longo da vida, assumindo a reversibilidade e a precariedade das transições como um dado substantivo e perene na atualidade. As novas políticas, chamadas de "políticas do curso de vida", não se encontrariam assim estruturadas por idades, mas procurariam gerar e manter as capacidades dos indivíduos (competências, conhecimentos,

empregabilidade, saúde) ao longo de várias idades e criar segurança nas múltiplas (e inúmeras vezes imprevisíveis) transições que perpassam doravante os ciclos de vida (Esping-Andersen, 2002).

O que poderíamos apelidar, na mesma perspetiva de Ellwood (1998), de “construção dinâmica das políticas”, implica pois a conjugação das partes num todo, sem esquecer as especificidades de cada grupo e as desigualdades que determinam diferentemente os percursos de vida, bem como o uso de meios de flexibilização e de monitorização de cariz dinâmico dos pressupostos e dos resultados das políticas. Isto implica, nomeadamente, a recolha regular de indicadores múltiplos e cruzados de bem-estar, ancorados num tempo e num espaço, de modo a que as necessidades, problemas e oportunidades dos indivíduos e grupos possam ser especificamente enquadrados, avaliados e acompanhados

Porém, há que considerar, em acréscimo, como sublinha Araújo (2012), que as perceções e usos do tempo são, não só produtos da ação quotidiana (muitas vezes também simbólica) de instituições e dos indivíduos que as consubstanciam, mas também de

estruturas mais profundas que instituem visões do mundo acerca do que merecem, ou não, certos grupos, indivíduos ou sociedades. É neste sentido que os «esquemas culturais temporais» - que distribuem os modos legítimos de usar o tempo - funcionam como dispositivos de justificação de várias formas de dominação e de poder, os quais atuam na definição de expectativas e das aspirações sociais, limitando-as, constringendo-as ou amplificando-as e expandindo-as (Araújo, 2012: 9).

A construção de tais esquemas de legitimidade no uso do tempo parecem, na verdade, condicionar hoje novas lógicas de poder social e político, associadas ao apelo impacionista, de construção de si e dos respetivos percursos de inserção sociolaboral, que hoje perpassa os objetivos das políticas públicas, e que parece instituir uma nova forma, subtilizada, de “biopolítica” e de “biopoder” (Foucault, 1976).

TEMPOS FRACTAIS E (RE) EMERGÊNCIA DA “BIOPOLÍTICA”

Como temos vindo a salientar, da imposição de temporalidades exógenas, que acabam por modificar o sentido da vida e que foram magistralmente caricaturizadas por Chaplin em *Tempos Modernos* (1936), assiste-se, nas sociedades contemporâneas, a uma reestruturação e intensidade das temporalidades, que mobilizam sobretudo a subjetividade dos sujeitos sociais.

Neste sentido, Didier Vrancken (2008), explorando o conceito *foucaultiano* de “biopolítica”, classifica a ação do Estado contemporâneo como uma espécie de ação biográfica, ancorando-se no trabalho dos sujeitos sobre si próprios e nas respetivas narrativas biográficas. A finalidade seria a classificação e interferência nas trajetórias de vida, implicando os sujeitos na respetiva recomposição biográfica.

Il s'agit désormais d'assurer les trajectoires et les parcours de vie de plus en plus incertains, déstabilisés par les turbulences du marché du travail et de la vie

privée. Dans cette optique, l'objet du travail sur soi serait alors d'aider les individus à se ressaisir à partir de la mise à l'épreuve d'eux-mêmes et de la formulation du récit de leur infortune (Vrancken, 2008, p.46).

Na década de setenta do século XX, Michel Foucault desenvolve o conceito de biopolítica para designar o modo como o poder se transforma, nos séculos XVIII e XIX, no sentido da "disciplina" dos indivíduos e da população. Por outras palavras, "para designar o que faz entrar a vida e os seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana" (Foucault, 1976: 188). Deste modo, o homem e as suas condutas, agregadas aos conceitos e princípios do "normal" e do "patológico", constituem-se como objeto de ação política e de novas estratégias socioeconómicas, dando origem a um "biopoder" normalizador concretizado, por exemplo, na gestão pública da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade e da natalidade. Este tipo de poder gere, modela e ordena as forças de vida, controla e medicaliza as populações, sob o argumento do favorecimento do seu crescimento e bem-estar. Como afirma Foucault (1976), o primeiro pólo de gestão da vida foi centrado no corpo como máquina: o seu adestramento, a majoração das suas aptidões, a extorsão das suas forças, o crescimento paralelo da sua utilidade e docilidade, a sua integração em sistemas de controlo eficazes e económicos, tudo isso foi assegurado por processos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, em meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo atravessado pela mecânica do vivo e que serve de suporte aos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-la variar; a sua apropriação opera-se por toda uma série de intervenções e de *controles reguladores: uma biopolítica da população*. (Foucault, 1976: 183)

Do mesmo modo, a biopolítica, constituiu-se como um elemento indispensável do sistema capitalista por via da inscrição controlada dos "corpos" no sistema produtivo e das populações nos processos económicos. Já no final da década de setenta, Foucault salientava a transformação dos sujeitos em agentes económicos, submetidos a processos de valorização e amplificação de competências e habilidades face a mercados globais progressivamente mais competitivos. A funcionalidade dos "corpos" e das condutas, em função de critérios económico-políticos de produtividade, seria assim, na ótica do autor, um elemento central para o desenvolvimento das sociedades fordistas. Ao referir-se ao neoliberalismo, Foucault (2000, 2004) introduz ainda um elemento, essencial para a compreensão das políticas contemporâneas: a fusão entre o *homo economicus* e as perspetivas do "capital humano"; deste modo, afirma que o *homo economicus* não é apenas, nos contextos atuais, um produtor-consumidor, mas também um construtor de si mesmo e do seu enquadramento como ser ético, social e económico (Revel, 2005).

A noção de biopolítica parece ser, nesta ótica, um conceito pertinente, como salientam diversos autores (Agamben, 1995,1998; Negri & Hart, 2002; Cocco &

Negri, 2005), para a compreensão das políticas contemporâneas. As vidas, assumidas como categorias políticas, tornam-se cada vez mais expostas e administradas³. Basta pensar nas medidas destinadas a populações dependentes, nos programas de inserção e de ativação, na gestão do desemprego, entre outras.

Com efeito, a atual regulação estatal, objetivada nas políticas públicas em geral e nas políticas sociais em particular, assume contornos de normalização comportamental, mas doravante sob mediação do indivíduo, de uma ação de si sobre si (Messu, 2008). Trata-se pois, sob um outro prisma, de assumir uma ação sobre as temporalidades nas quais os indivíduos se inscrevem; temporalidades essas que se pretende alterar de modo a que possam corresponder, da forma mais coerente possível, às temporalidades do social. A multiplicação destas temporalidades e a emergência de políticas da subjetividade parecem pois ser questões intrinsecamente ligadas.

As políticas de inserção ou de ativação associadas ao emprego derivam desta lógica de ação pública, procurando inscrever as temporalidades individuais em quadros temporais coletivos, normalizados e institucionalizados. Um sujeito "dessocializado", por exemplo por um período longo de desemprego em que gere o seu próprio tempo é, pela ação pública, intimado a submeter-se a um conjunto de provas que têm como pressuposto essencial a regulação dos hiatos entre tempo individual e coletivo, inscrevendo-o em tempos sociais, valorizados, legitimados e institucionalmente reconhecidos: apresentações periódicas nos serviços; formações ou estágios profissionais; obrigação de serviços comunitários, etc.

Neste sentido, a ação pública parece imiscuir-se cada vez mais na gestão da existência biográfica, e mesmo biológica, dos indivíduos (Fassin & Memmi, 2004; Cantelli & Genard, 2007). A incitação à narrativa pretende colocar em palavras as experiências de precariedade e reconstruir momentos de percursos fragmentados. Um uso presentista do passado que tenta comprimir as experiências vividas e visibilizá-las no momento presente (Hortog, 2003). A referência à temporalidade futura torna-se porém cada vez mais imprecisa e dificilmente operacionalizável.

Bárbara Adam (1990) identificou a compreensão do futuro por referência à respetiva mais-valia no presente, aquilo que apelida de "colonização do futuro", como uma das características das sociedades pós-industriais. No entanto, se esta compreensão da temporalidade futura é importante no domínio político, na esfera individual, particularmente para os jovens e as populações em situação de vulnerabilidade, o presente tende a ser compreendido e vivido por referência ao seu valor para o futuro. É tendo esta noção que as situações difíceis se podem tornar suportáveis. Tal como para "Sísifo" (Camus, 1989), a esperança de conseguir superar o desafio, a possibilidade de permanecer no cume da montanha, é que permite continuar a tentar a subida e só desse modo é viável procurar imaginar Sísifo feliz.

Porém, como evidenciam várias abordagens, estamos hoje temporariamente "sem abrigo" dessa visão prometeica. Assistimos, quer a uma contração do presente,

³ A este respeito, Gilles Deleuze (1992), referindo-se às transformações sociais das últimas décadas, advoga um processo de substituição de uma "sociedade disciplinar" por uma "sociedade de controlo" potenciada pelas atuais redes de visibilidade absoluta e de comunicação virtual sincrónica e imediata.

quer a uma diluição ou fragmentação do futuro em vários "presentes", marcando o fim das narrativas modernas do progresso.

A CONSTRUÇÃO DE SI E DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS COMO FORMAS DE "COLONIZAÇÃO DO PRESENTE" NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Na verdade, as "sociedades de vidro" (Corcuff, 2002) em que vivemos, profundamente fragilizadas, são também, e paradoxalmente, extremamente constringedoras e potencialmente invalidantes. O risco de sujeitar as pessoas a um processo contínuo de inclusão e exclusão, a um somatório de presentes, sem qualquer perspectiva de futuro, logo, pactuando com a construção de estatutos de fronteira, não é negligenciável. Pode consagrar-se, deste modo, a situação paradoxal de estar ao mesmo tempo "dentro" e "fora" do tecido social, sob uma lógica de mero adiamento da morte social.

O paradoxo constitutivo do sofrimento social atual radica efetivamente no apelo, social e político, à construção, por parte dos sujeitos, de um mapa vivencial, sem que, para o efeito, sejam conhecidas as respetivas coordenadas estruturantes; sem uma identificação clara dos pontos de partida e dos pontos de chegada e sem "bússolas" pertinentes que auxiliem na construção do percurso. O exemplo da articulação entre o processo de socialização formal e a entrada no mercado de trabalho é, a este nível, particularmente paradigmático. A obtenção de um título académico já não se constitui, por si só, como uma via de acesso a um determinado emprego e estatuto socioeconómico. Em acréscimo, a escolha de uma dada formação e profissão é muitas vezes orientada por variáveis (como níveis de procura no mercado de trabalho, nível salarial, etc.) que rapidamente se tornam anacrónicas, dificultando o planeamento prospetivo das diversas etapas do ciclo de vida.

Neste contexto, a intimação para a prova da integridade social, económica, cívica e identitária, na base de um processo de avaliação das condutas (apreciadas como produtos da vontade e da motivação para o re-enquadramento societal e laboral), encerra os indivíduos desintegrados, ou em situação de precariedade, numa lógica perversa de, por um lado, ter de responder à exigência de comprovação ininterrupta da sua vontade de participar socioeconomicamente e, por outro, de julgamento simultâneo da sua (in)capacidade para o assegurar de forma consistente e perene. As vivências, os "destinos", são assim concebidos como um *puzzle*, permanentemente construído em ziguezague, ou seja, sem uma identificação nítida do desenho conjunto ou da linha de coerência a seguir (Araújo, 2005).

Como afirma Rancière (1995) a visibilidade das condutas passa, doravante, pelo "aclerar de si", pela autocertificação daquilo que se é, daquilo que se faz, das capacidades que se tem, em suma, um testemunho de verdade em relação a si mesmo. A visibilidade das existências e das condutas, antes assegurada pela vigência de normas, de "disciplinas" (Foucault, 1976), que permitiam objetivar, quantificar e comparar nosograficamente as condutas dos sujeitos, mantêm-se e amplifica-se atualmente, porém, concretiza-se de forma radicalmente distinta. Cada indivíduo

é intimado não apenas a restaurar a sua interioridade, aprendendo a revalorizar e utilizar as suas capacidades e experiências na reconstrução do seu lugar no todo societal, mas também, a de viabilizar publicamente esse trabalho de reconstrução de si, como justificação para a continuidade da sua inscrição como membro social. Didier Fassin (2007) coloca mesmo a hipótese de que "exposição de si" se vai tornar um processo comum para suscitar a atenção dos poderes públicos numa espécie de política de compaixão, do "sofrimento como linguagem".

A "publicização" da vida pública e privada dos sujeitos torna-se, pois, um elemento fundamental de um novo paradigma politicossocial. Da unificação, tendo por base normas explícitas e partilhadas, transita-se prioritariamente para a valorização do sentido de si e do conteúdo ético da vida; da estabilidade de uma função socioprofissional para uma construção singular de existências; de uma individualidade determinada para uma individualidade construída. Nesta ótica, multiplicam-se as avaliações das situações de vida e dos percursos profissionais, captando e valorizando o investimento subjetivo e mediatizando a construção de elos entre o indivíduo e a sociedade. O *curriculum vitae* constitui-se, neste contexto, como o título de navegação entre a existência privada e a necessária inscrição pública.

Deste modo, evidencia-se a transição de um "Estado que protege", para um "Estado que capacita, que torna capaz", que desencadeia mecanismos para um trabalho sobre si: trabalhar a empregabilidade para evitar o desemprego, educar para a saúde para evitar a doença, desenvolver a capacidade de iniciativa e a adaptabilidade, construindo por exemplo uma segunda carreira para ter sempre um "plano B" e/ou poder preencher o tempo de inatividade, inclusive durante a reforma. Por outras palavras, transita-se progressivamente de um modelo solidarista do risco social para um modelo responsabilista, assente num conjunto de provas sociais às quais os indivíduos têm de sujeitar-se; de uma conceção de "direitos-crédito" passa-se para uma conceção de "direitos-autonomia", ou seja, de uma lógica assente na ideia de "ter a possibilidade de", passa-se para uma lógica ancorada na ideia de "ser capaz" e de "demonstrar ser capaz" (Genard, 2007). A responsabilidade pode, assim, transmutar-se facilmente em responsabilização. A construção do elo social assente numa ótica personalizante, e muitas vezes compassiva, pode de facto ser perversa se com ela emergir o risco da avaliação meritocrática da existência de alguns ("sobrenumerários" sociais) face à retração das oportunidades sociolaborais.

O indivíduo contemporâneo é, pois, aquele que é intimado a construir a sua existência sob o enfoque do risco, gerindo da melhor forma a informação disponível e assumindo as consequências das suas ações ou omissões. A este nível a dimensão do emprego é particularmente elucidativa. Não existindo emprego para todos, as populações desempregadas são enquadradas em programas ocupacionais, formações e estágios profissionais, numa perspetiva, não de integração, mas de mera atividade, à qual se segue, na maioria dos casos, um novo momento de desinclusão do mercado de trabalho e, em consequência, do espaço público de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saturação das políticas na temporalidade presente dissolve a dimensão dos resultados em prol dos meios, instituindo uma espécie de “provisório permanente” com implicações multidimensionais na estruturação das temporalidades individuais e coletivas. Com efeito, a reflexão crítica e a superação de abordagens excessiva e/ou exclusivamente centradas na temporalidade presente e em leituras individualizantes dos problemas sociais contemporâneos parece-nos essencial para a fundação de uma intervenção política e social que não seja mera reconfirmação da impossibilidade de pensar e agir para além de um quadro temporal e espacial restrito, de cumplicidade com o presentismo e, como tal, potencialmente invalidante.

Aprender a viver com a incerteza e a precarização das expectativas e dos percursos constitui-se hoje, como salientámos, como um referencial cultural, social e político da maior relevância. Neste contexto, os sujeitos são convidados a reler e a reconstruir as suas trajetórias e a projetá-las no tempo; é este o núcleo central das políticas de ativação - a obrigação do indivíduo em ritmar por si próprio o seu percurso de vida, definindo etapas e normas e submetendo-se a provas públicas de plausibilidade.

Uma nova dimensão da “biopolítica” inaugura-se deste modo; do “corpo máquina” e do “corpo espécie” (Foucault, 1976) passa-se para o que poderíamos apelidar de “corpo-reflexo”, um olhar de si para si, sob a mediação de uma lupa sociopolítica capaz de revelar as menores falhas no processo de reconstrução de si mesmo e das suas possibilidades de integração. É a singularidade de cada pessoa, logo os seus *handicaps* e potencialidades, que se torna a base da intervenção sociopolítica. A ação pública passa, deste modo, a estar refém de temporalidades dificilmente conciliáveis, produtoras de ambiguidades profundas da política social contemporânea: entre a urgência e o tempo curto, por um lado, e a continuidade (por exemplo, objetivada nos processos de acompanhamento social e de gestão do não-emprego) e o tempo longo (por ausência ou insuficiência de respostas e recursos adequados aos problemas atuais), por outro.

REFERÊNCIAS

- Adam, B. (1990) *Time and social theory*, Philadelphia: Temple University Press.
- Agamben, G. (1995) *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris: Rivages.
- Agamben, G. (1998) *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida*, Valencia: Pre-textos.
- Araújo, E. (2012) “As identidades e a ‘política dos tempos sociais’”, in *VII Congresso Português de Sociologia “Sociedade, Crise e Reconfigurações”*, Porto: Universidade do Porto.
- Araújo, E. R. (2005) “O conceito de ‘Futuro’”, in *Actas do Seminário O Futuro não pode começar*, Braga: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de Sociologia.
- Beck, U. (2001) *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris: Éditions Aubier.

- Bessin, M. (1994) «Les seuils d'âge à l'épreuve de la flexibilité temporelle», in Valquin, E. (Ed) (1994) *Le temps et la démographie* Louvain-la-Neuve: Éditions Academia, pp. 219-230.
- Camus A. (1989). *O mito de Sísifo (Ensaio sobre o Absurdo)*, São Paulo: Editora Guanabara.
- Cantelli, F., & Genard, J.-L. (Eds.) (2007) *Action Publique et Subjectivité*, Paris : L.G.D.J. et Maison des Sciences de l'Homme.
- Castel, R. (1995) *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris : Librairie Arthème Fayard.
- Castells, M. (1998) *La société en réseaux, L'ère de l'information*, Paris: Éditions Fayard.
- Châtel, V. (ed.) (2008) *Les temps des politiques sociales*, Fribourg: Academic Press Fribourg.
- Chesnaux, J. (1996) *Habiter le temps: passé, présent, future. Esquisse d'un dialogue politique*, Paris: Bayard.
- Cocco, G. & Negri, A. (2005) *Glob(Al). Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*, Rio de Janeiro: Record.
- Corcuff, P. (2002) *La Société de Verre. Pour une éthique de la fragilité*, Paris: Éditions Armand Collin.
- Deleuze, G. (1992) *Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Conversações: 1972-1990*, Rio de Janeiro: Editora 34, pp. 219-226.
- Delmas, P. (1991) *Le maître des horloges. Modernité de l'action publique*, Paris: Éditions Odile Jacob.
- Ellwood, D. (1998) "Dynamic policy-making. An insider's account of reforming U.S. welfare", in Leisering, L. & Walker, R. (Eds.) (1998) *The Dynamics of Modern Society*, Bristol: Policy Press, pp. 49-61.
- Esping-Andersen, G. (2002) "Towards the good society, once again?", in Esping Andersen, G., Gallie, D., Hemerijck, A. & Miles, J. (Eds) (2002) *Why we need a new Welfare State*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1-25.
- Ewald, F. (1992) «Responsabilité, solidarité, sécurité. La crise de la responsabilité en France à la fin du 20^{ème} siècle», *Risques*, 10 : 9-24.
- Fassin, D., & Memmi, D. (Eds.) (2004), *Le Gouvernement des corps*, Paris : Éd. de l'EHESS.
- Fassin, D. (2007) *When Bodies Remember: Experiences and Politics of AIDS in South Africa*, Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1976) *Histoire de la sexualité. Tome 1. La volonté de savoir*, Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2000) *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004) *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)*, Paris: Gallimard.
- Genard, J.L. (2007) «Capacités ou capacitation: une nouvelle orientation des politiques publiques? », in Cantelli, F. & Genard, J.L. (Eds) (2007) *Droit et Société «Action Publique et Subjectivité»*, Paris: L.G.D.J. et Société e Maison des Sciences de l'Homme, pp. 41-64.
- Guerreiro, M.D., Torres, A. & Capucha L. (Eds) (2007) *Portugal no contexto Europeu, Volume III, Quotidiano e qualidade de vida*, Oeiras: Celta Editora.
- Guillemard, A. M. (2003) *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*, Paris : Armand Colin.

- Guillemard, A. M. (2008) «Les politiques sociales à l'épreuve de la nouvelle flexibilité temporelle du cours de vie», in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg: Academic Press, pp. 75-94.
- Heinz, W. R. (2001) "Work and life course. A cosmopolitan-local perspective", in Marshall, V., Heinz, W.R., Krüger, H. & Verma, A. (Eds.) (2001) *Restructuring work and the life course*, Toronto: University of Toronto Press, pp. 3-22.
- Hope, W. (2009) "Conflicting temporalities. State, nation, economy and democracy under global capitalism", *Time & Society*, 18 (1): 62-85.
- Hortog, F. (2003) *Regimes d'historicité, presentisme et expériences du temps*, Paris : Seuil.
- Leisering, L. (2003) "Government and the life course", in Mortimer, J.T. & Shanahan, M. J. (Eds.) (2003) *Handbook of the Life Course*, New York: Kluwer Academic Publishers, pp. 205-225.
- Kohli, M. (1987) "Retirement and the moral economy. An historical interpretation of the german case", *Journal of aging studies*, 1: 125-144.
- May, E.T. (1990) *Homeward bound. American families in the cold war era*, New York: Basic Books.
- Mayer, K.U., & Schoepflin, U. (1989) "The state and the life course", *Annual Review of Sociology*, 15: 198.
- Messu, M. (2008) «Le temps social fractal », in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg: Academic Press, pp. 49-71.
- Negri, A. & Hart, M. (2002) *Império*. Barcelona: Paidós.
- Percheron, A. (1991) «Police et gestion des âges», in Percheron, A. & Rémond, R. (Eds) (1991) *Âge et politique*, Paris: Éditions Economica, pp.111-139.
- Rancière, J. (1995) *On the shores of politics*, London: Verso.
- Rose, H. & Scheurman, W. E. (Eds) (2009) *High-speed society: social acceleration, power and modernity*, Philadelphia: Penn State University Press.
- Revel, J. (2005) *Michel Foucault: Expériences de la pensée*, Paris: Bordas.
- Riley, M.W, Foner, A. & Waring, J. (1989) "Sociology of age", in Smelser, N.J. (ed) (1989) *Handbook of Sociology*, New York: Sage Publications, pp. 243-290.
- Shanahan, M.J., & Longest, K. C. (2009) "Thinking about the transition to adulthood. From grand narratives to useful theories", in Schoon, I. & Silbereisen, R. K. (Eds) (2009) *Transitions from work to school. Globalization, individualization, and patterns of diversity*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 30-41.
- Schoon, I. & Silbereisen, R. K. (eds) (2009) *Transitions from work to school. Globalization, individualization, and patterns of diversity*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sue, R. (1995) *Temps et ordre social*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Urry, J. (2002) "Sociologia do tempo e do espaço", in Turner, B. (ed) (2002) *Teoria Social*, Lisboa: Difel, pp. 377-403.
- Vrancken, D. (2008) «L'action publique à l'épreuve des temporalités sociales», in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg : Academic Press, pp. 117-140.